

Patrões tentam acordo laboral de última hora

Confederação do Comércio e Serviços começa hoje reuniões com sindicatos. Aprovação da meia-hora gerou mal-estar

JOÃO PAULO MADEIRA
joao.madeira@sol.pt

A APROVAÇÃO do aumento excepcional do período normal de trabalho pelo Conselho de Ministros, esta semana, gerou mal-estar junto dos parceiros sociais. A decisão do Executivo retirou margem de negociação aos encontros que ainda estão a decorrer entre sindicatos e patrões, no sentido de encontrar pontos de entendimento para um acordo laboral. A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) começa hoje rondas bilaterais com a UGT e a CGTP, adiantou ao SOL o presidente da confederação, João Vieira Lopes.

Segundo o responsável, as reuniões com os sindicatos vão sobretudo incidir na discussão de formas de dinamizar a contratação colectiva ao nível das empresas, na tentativa de encontrar pontos de entendimento no acordo para a competitividade proposto pelo Governo.

Embora estejam distantes na legislação laboral - «**difícilmente haverá acordo**» -, pode haver entendimentos específicos em medidas de relançamento da economia, diz. Mas o presidente da CCP reconhece que a margem de negociação diminuiu. «**Sempre dissemos que as alternativas ao prolongamento do horário**



Vieira Lopes admite que acordo na legislação laboral será difícil

REUNIÕES

CCP vai ter encontros com CGTP, hoje à tarde, e com a UGT, na próxima semana

seriam as férias, as pontes e os feriados. Mas, se o Governo avançou com a meia-hora unilateralmente, não será um tema a abordar», explicou.

De resto, a aprovação da meia-hora em Conselho de Ministros deixou os parceiros sociais descontentes, uma vez que a concertação social ainda decorre e, na semana passada, o próprio ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, tinha afirmado estar disposto a ouvir «alternati-

vas» ao aumento do horário.

A UGT emitiu um comunicado criticando a decisão do Governo, que «**põe em causa a boa fé negocial**». Para a CGTP, a aprovação da meia-hora foi uma «**declaração de guerra aos trabalhadores que não ficará sem resposta**». Também em comunicado, esta central sindical denuncia que o Executivo «**diz ser defensor da negociação, mas por outro lado, quer impor, unilateralmente, a revogação de uma matéria que foi negociada e acordada**».

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva, lamentou ao *Negócios* que haja uma decisão tomada «**a revelia da concertação social**».

Novo horário vai ter limitações

A APLICAÇÃO da meia-hora adicional terá efeitos limitados em grupos específicos dos trabalhadores portugueses, segundo a proposta aprovada esta semana em Conselho de Ministros.

GRÁVIDAS E DEFICIENTES

No diploma que seguiu para Assembleia da República, está prevista a exclusão da aplicação da medida a menores, grávidas, parturientes ou lactantes, trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, com deficiência ou doença crónica e trabalhadores estudantes.

DESPEDIMENTO

Segundo o comunicado do Gover-

DURAÇÃO

Medida só é aplicável na vigência do Memorando de Entendimento (meados de 2014)

no, será estabelecida uma «**cláusula anti-abuso**». Assim, o prolongamento do horário só será possível em empresas «**onde não ocorra alteração líquida do emprego**». Ou seja, onde não haja redução de postos de trabalho.

EMPRESAS PÚBLICAS

O Governo definiu ainda que a medida não se aplica a «**trabalhadores de empresas públi-**

cas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, de entidades públicas empresariais e de entidades que integram o sector empresarial regional e municipal». De acordo com o comunicado, esta opção foi tomada porque estes grupos profissionais estão já sujeitos às medidas do Orçamento de Estado para 2012, nomeadamente à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal.

TEMPO PARCIAL

No que se refere ao trabalho a tempo parcial, o aumento deve ser «**proporcional**» ao período normal de trabalho semanal.

SOL 07-12-2011